

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS . CCJ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

BRUNO YVES BATISTA BARBOSA DE ANDRADE

A AUSÊNCIA DE TUTELA NORMATIVA QUANTO AOS REFUGIADOS AMBIENTAIS

SANTA RITA . PB

2018

BRUNO YVES BATISTA BARBOSA DE ANDRADE

A AUSÊNCIA DE TUTELA NORMATIVA QUANTO AOS REFUGIADOS AMBIENTAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como exigência para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

SANTA RITA . PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A553a Andrade, Bruno Yves Batista Barbosa de.

A ausência de tutela normativa quanto aos refugiados ambientais / Bruno Yves Batista Barbosa de Andrade. - João Pessoa, 2018.

55 f.

Orientação: Ulisses da Siveira Job.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ - DCJ.

1. Refugiados ambientais. 2. Direitos humanos. 3. Migração. I. Job, Ulisses da Siveira. II. Título.

UFPB/CCJ

BRUNO YVES BATISTA BARBOSA DE ANDRADE

A AUSÊNCIA DE TUTELA NORMATIVA QUANTO AOS REFUGIADOS AMBIENTAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba,
como exigência para obtenção do grau de Bacharel
em Direito.

Data da Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ulisses da Silveira Job
Orientador

Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos Santos

Prof. Me. Pedro Henrique de Sousa Ataíde

Dedico esta conquista acadêmica a Deus, por ter me capacitado rumo ao profissionalismo, à minha família, razão da minha existência, aos meus colegas do curso e a todos que contribuíram direta e indiretamente para este objetivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Deus pelo dom da vida e pela possibilidade de melhorar a cada dia.

À minha família que me incentivou durante todos estes anos nesta faculdade e proporcionou todas as condições necessárias ao meu desenvolvimento como pessoa.

Aos colegas e amigos do curso, por tudo que vivemos no decorrer dessa jornada acadêmica.

Ao professor Orientador Mestre Ulisses da Silveira Job pelo empenho na elaboração desta pesquisa.

A todos os professores e servidores da Universidade Federal da Paraíba pela competência profissional durante toda trajetória.

*%Que Deus cure as feridas dos refugiados com
esperanças e os homens de boa fé cuidem de
suas necessidades!+*

Erasmus Shallkytton.

RESUMO

A presente monografia busca discutir sobre a ausência de tutela normativa quanto aos refugiados ambientais. O refugiado como uma categoria de pessoas acolhidas em outro país. Buscou-se debater o direito internacional de proteção ao refugiado à efetiva prática do Estado à luz do Direito Internacional e dos Direitos Humanos, visando proteger os refugiados ambientais, possibilitando amenizar e evitar o desrespeito à vida, à dignidade e à sobrevivência humana dada a essa categoria. Constatou-se que, entre as vítimas de violação dos direitos humanos, os refugiados ambientais, devido ao processo migratório e à ausência de norma específica, estão inseridos em um grupo extremamente vulnerável. Foram apontados países como Haiti e o México como exemplo da situação destacada para busca de acolhimento, assim como a catástrofe ambiental decorrente do tsunami no oceano Índico ocasionado pelo furacão Katrina e a imigração dos refugiados ao Brasil devido à infestação de um surto de cólera no Haiti. Quanto aos objetivos, buscou-se conhecer a partir da perspectiva dos direitos humanos, os instrumentos jurídicos internacionais que possibilitem a conceituação, a proteção e a assistência ao refugiado ambiental. Assim como destacar os tipos de refugiados, os fatores que caracterizam estes grupos e analisar os conhecimentos sobre os institutos do refúgio, asilo, deslocamento interno e migração. O método de pesquisa se deu através da pesquisa bibliográfica e documental tendo como embasamento o uso de livros, artigos e periódicos editados na internet, revista eletrônica entre outros. Notou-se que devido à ausência de atenção dada à categoria dos refugiados, cabe, uma maior conscientização do próprio refugiado, da sociedade internacional e dos Estados Nacionais para instituírem a segurança nas relações socioambientais, a fim de firmar um compromisso existencial com a atual e com as futuras gerações.

Palavras-Chaves: Refugiados Ambientais. Direitos Humanos. Migração.

ABSTRACT

This monograph seeks to discuss the absence of normative protection regarding environmental refugees. The refugee as a category of persons taken in another country. The aim was to discuss international refugee protection law with the State's practice in the light of international law and human rights, with a view to protecting environmental refugees, making it possible to minimize and avoid disrespect for life, dignity and human survival. category. Among the victims of human rights abuses, environmental refugees, due to the migratory process and the absence of a specific norm, were found to be in an extremely vulnerable group. Countries such as Haiti and Mexico have been mentioned as an example of the situation highlighted in the search for shelter, as well as the environmental catastrophe caused by the tsunami in the Indian Ocean caused by Hurricane Katrina and the immigration of refugees to Brazil due to the infestation of a cholera outbreak in Haiti. Regarding the objectives, it was sought to know from the perspective of human rights, the international legal instruments that make possible the conceptualization, protection and assistance to the environmental refugee. As well as highlighting the types of refugees, the factors that characterize these groups and analyze knowledge about refuge institutes, asylum, internal displacement and migration. The research method was based on bibliographical and documentary research based on the use of books, articles and periodicals published on the Internet, electronic magazine among others. It was noted that due to the lack of attention given to the category of refugees, it is important to raise awareness of the refugee, international society and National States to establish security in social and environmental relations, in order to establish an existential commitment with the current and with future generations.

Keywords: Environmental Refugees. Human rights. Migration.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CF: Constituição Federal

CNIg: Conselho Nacional de Imigração

CONARE: Comitê Nacional para Refugiados

DIDH: Direito Internacional dos Direitos Humanos

DIH: Direito Internacional Humanitário

IMDH: Instituto de Migrações e Direitos Humanos

OGM: Organismo Geneticamente Modificado

ONU: Organização das Nações Unidas

SESC: Serviço Social do Comércio

SUS: Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O INSTITUTO DO REFÚGIO | 14 |
| 2.1 ANÁLISE HISTÓRICA DO REFÚGIO ANTES DA CONVENÇÃO DE GENEBRA DE 1951 | 15 |
| 2.2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 | 22 |
| 2.3 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A FALTA DE TUTELA JURISDICIONAL QUANTO AOS REFUGIADOS AMBIENTAIS..... | 27 |
| 2 O REFÚGIO E OUTROS INSTITUTOS DE PROTEÇÃO | 33 |
| 3.1 DESLOCAMENTO | 33 |
| 3.2 MIGRAÇÃO | 35 |
| 3.3 DIREITO DO ASILO | 37 |
| 3 O DESAMPARO JURÍDICO DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS..... | 41 |
| 4.1 BREVES ASPECTOS SOBRE A TEORIA DA SOCIEDADE DE RISCO | 43 |
| 4.2 FATORES AMBIENTAIS | 45 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 50 |
| REFERÊNCIAS..... | 51 |

INTRODUÇÃO

A temática que envolve o argumento sobre o assunto referente aos refugiados que vem sendo apontado como um problema considerável de atenção devido à gravidade de situações que afetam as pessoas envolvidas, assim como estão inseridos os casos que envolvem questões políticas, econômicas e sociais no âmbito nacional e internacional (ARAÚJO, 2001).

Diante disso, o termo empregado é atribuído a qualquer pessoa que, por motivo específico sofre perseguição justificada por medo de sofrer perseguição devido à questão de raça, religião, nacionalidade, atividades em um tipo de grupo social ou alguma espécie de convicção política, acham-se fora do país de origem e que necessitem ou requeiram a proteção desse país (ARAÚJO, 2001).

O cenário se agrava quando se pensa em refugiados ambientais, pois estes nem mesmo se enquadram na definição de refugiados da Convenção de 1951, embora sua situação de vulnerabilidade seja a mesma dos demais refugiados.

Eles perdem seu Estado e por consequência seus direitos, não havendo nenhum Estado que os acolha e que reconheça seus direitos, deixando-os em um estado extremamente vulnerável. Ou seja, aqueles que temem por suas vidas em razão de fatores ambientais, como desastres, catástrofes, inundações, furações, tsunamis ou secas, sejam eles decorrentes ou não da atividade humana, não estão amparados juridicamente.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de seus mecanismos e agências especializadas, reconhece que os refugiados ambientais constituem uma categoria que atualmente apresenta uma inúmera expansão, e por esses motivos precisam de assistência, neste sentido este estudo se encontra embasado com o entendimento do Instituto do Refúgio, assim como outros institutos pertinentes desta seara que abrange áreas do conhecimento jurídico como o Direito Constitucional, o Direito Internacional e os Direitos Humanos (REKACEWICZ, 2008).

Da mesma forma, o trabalho traz fortes elementos oriundos do Direito Ambiental, uma vez que o tema é sobre a proteção (ou a falta desta) em relação aos refugiados que necessitam de tutela em face de eventos climáticos ou ambientais que impossibilitam a sobrevivência em determinada localidade. Diante disso, indaga-se: A proteção ao refugiado ambiental precisa de uma maior atenção quanto às medidas

jurídicas adotadas pelos Estados e a garantia de Direitos Humanos básicos que proporcionem aos refugiados uma sobrevivência digna no país do refúgio?

A presente análise justifica-se por ser um tema relevante para a sociedade, visto que, torna-se necessário avaliar como esta questão vem sendo tratada dentro da literatura jurídica, buscando-se conhecer os embasamentos para a construção de um sistema de proteção específico para esta categoria emergente de refugiados, tal discussão possibilita o reconhecimento de um status jurídico sobre a proteção dos refugiados ambientais.

Quanto à metodologia, utilizou-se o método bibliográfico com cunho documental por se tratar de um estudo com citações jurídicas com base na Revisão de Literatura, buscando analisar documentos que ainda não sofreram críticas com base em tal viés exploratório, tendo como embasamento o uso de livros, artigos e periódicos editados na internet, revista eletrônica entre outros (GIL, 2010).

O método de pesquisa documental é elaborado a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, tais como leis, várias vertentes do Direito Internacional, o recurso a obras de outras áreas do conhecimento ajustando a jurisdição entre diferentes olhares e perspectivas (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Como objetivo geral pretende conhecer o tratamento jurídico internacional é dado aos refugiados a partir da perspectiva dos Direitos Humanos. Assim como destacar os direitos internacionais e os fatores que caracterizam esta categoria e destacar os conhecimentos sobre os institutos do refúgio, asilo, deslocamento interno e migração.

No primeiro capítulo, busca-se uma maior organização da pesquisa sendo necessário dividir o assunto de acordo com a temática, diante disso foi construída uma apresentação introdutória.

No segundo capítulo, encontram-se breves considerações sobre o instituto, debatidos de forma a analisar o refúgio por um aspecto histórico, destacando os períodos anteriores e posteriores à Convenção de Genebra de 1951, assim como as relações internacionais conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o princípio da dignidade da pessoa humana no Estado Democrático de Direito e a respectiva falta de tutela normativa quanto à temática em pauta.

No terceiro capítulo, foram construídos aspectos doutrinários sobre o refúgio e outros institutos de proteção, sendo estes o deslocamento, a migração e o asilo.

E por fim, no capítulo quatro discorre-se sobre o desamparo jurídico dos refugiados ambientais e são descritos os aspectos da crise ambiental na perspectiva dos direitos humanos e os dilemas da existência dos refugiados ambientais na atualidade.

1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O INSTITUTO DO REFÚGIO

O Instituto dos Refugiados abrange várias posições que versam sobre perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade e opiniões políticas que contrariem os interesses de grupos que estejam à frente de um Estado, entre outras situações abarcadas por lei.

A nomenclatura que define o conceito de refugiado pode ser entendida como toda pessoa que esteja se sentindo perseguida pelos motivos citados acima, entendendo este autor que tal conceito devesse se estender aqueles atingidos por fenômenos ambientais. Sobre esse aspecto, são indivíduos que se encontram fora de seu país de origem e que, por causa dos proferidos temores, não podem ou não querem regressar ao país de nacionalidade (RUBIO, 2010).

Havia a necessidade de se reconhecer a situação das pessoas que tinham se beneficiado das normas votadas pela Sociedade das Nações; havia, igualmente, necessidade de precisar a situação daquelas pessoas a quem não fora possível aplicar as normas da Organização Internacional dos Refugiados (essas, por sua vez, sucessoras das normas do UNRRA), mas cujos direitos a refúgio não estavam excluídos; as necessidades de regular-se a situação dos refugiados antes da constituição do ACNUR, ou seja, acontecimentos anteriores a 1951 (SOARES, 2004, p. 396).

Nesse sentido, o refúgio é um instituto que se permeia ao longo das décadas em virtude dos inúmeros problemas que afligem indivíduos, forçados à mudança ou troca de ambiente para sobreviver. Quanto à vida dos refugiados em seus países de acolhimento, os debates sobre direitos humanos e refúgio repetidamente se limitam a demonstrar como os direitos básicos dessas pessoas são. Vale ressaltar que, muitos desses refugiados se encontram em países de extrema pobreza, tornando assim, sua situação ainda mais complexa (BARRETO, 2006).

A partir da década de 1990, houve uma maior incidência de violação de direitos humanos atrelados à situação de pessoas refugiadas, fazendo com que este fato chamasse a atenção de órgãos internacionais. Neste íterim, tem sido fortemente sustentado pelo ACNUR a necessidade de uma interpretação visando maior entendimento dessa relação, sendo um dos pontos, atribuir um significado unitário ao termo %perseguição+contido nas leis (UNHCR 2005).

Diante disso, a autossuficiência se sobressai como meio necessário para materializar a proteção ao refugiado, e unicamente pode ser abordada dentro de uma estrutura de direitos civis, sociais e econômicos. (UNHCR 2005).

Para Moreira (2014), o Estatuto de Refugiado estabelece uma condição jurídica, em tese, provisória. Os refugiados geralmente fogem do país de nacionalidade em função de eventos políticos (como guerras civis, regimes repressivos, entre outras situações de instabilidade política e violações de direitos humanos) e, uma vez quando são aceitos em outros Estados, deveriam ser repatriados e reconhecidos como cidadãos, sujeitos de direitos. Essa problemática ocorre devido à demora burocrática que, muitas vezes, arrastam-se por anos ou décadas.

Enquanto os refugiados buscam formas e estratégias para restaurar suas vidas em países, muitas vezes com cultura diferente da sua de origem, seguem reconstruindo relações sociais e laços afetivos, estabelecendo-se conforme as condições oferecidas nesses novos ambientes. Eles lidam com os mais variados problemas de adaptação e aceitação social, além de questões burocráticas que dificultam ainda mais o regresso dos refugiados à sua terra natal e causam efeitos em meio às sociedades e aos países acolhedores.

1.1 REFLEXÃO HISTÓRICA DO REFÚGIO ANTES E DEPOIS DA CONVENÇÃO DE GENEVRA DE 1951

Neste capítulo, serão abordados os aspectos históricos relativos ao instituto do refúgio e do asilo, que são institutos de grande importância na seara jurídica humanitária e que se faz *mister*, para percepção do desenvolvimento e instauração dos mesmos, e até tentar amadurecer o entendimento na justificativa para a falta de tutela normativa ao grupo dos refugiados ambientais.

Diante disso, torna-se necessário entender que antes da Convenção de 1951, qualquer investida no sentido de achar ou conhecer a origem dos refugiados são difíceis ações, devido às dificuldades de informações referentes às fontes históricas que envolvem essa temática. Entretanto, esse grupo de pessoas sempre existiu. Raiol (2010) cita que, segundo a corrente criacionista, a Bíblia relata que Caim foi o primeiro refugiado citado na história, tornando-se um membro desse grupo após matar seu irmão Abel.

É imprescindível, antes do início deste estudo, a reconstituição histórica dos fatos que contribuíram para formação do entendimento contemporâneo de proteção internacional dos refugiados. Visto que, existe uma intrínseca dificuldade de estabelecer argumentos que identifiquem uma data específica ou período do surgimento de pessoas refugiadas pelo mundo (RAIOL, 2010).

Desde os primórdios, o homem lida com o fato de ter que sair da região onde habita, seja por motivos de perseguição política ou por cometer infrações em relação às normas de um determinado povo, ou ainda em busca de alimento, haja vista, as primeiras sociedades serem nômades. O indivíduo perseguido sempre buscou proteção em lugares onde a ação de quem o perseguia não lhe atingisse, bem como que, não pudesse ser retirado desse novo lugar. Deu-se a esse tipo de defesa a denominação de asilo, que deriva da palavra grega *asylon*, constituída terminologicamente da soma da partícula *a* (não) e da palavra *asylao* %quitar, sacar, extrair, tirar+(ARAUJO; ALMEIDA, 2001).

Na Grécia Antiga o objetivo do asilo foi bastante valorizado e utilizado como garantia relacionada à inviolabilidade do indivíduo, principalmente no tocante à proteção da vida. Para proteger-se o indivíduo poderia se dirigir a um templo, local sagrado, estátuas de divindades ou mesmo junto ao Imperador. Insta salientar que, no contexto da Antiguidade Clássica, muitos princípios e normas utilizáveis a exemplo da inviolabilidade do asilo, do procedimento alternativo de migração, da não devolução e o próprio direito de asilo.

A cultura Grega, por considerar a hospitalidade como parâmetro para aferir a cultura de um povo, tratava muito bem os estrangeiros e desenvolveu outros institutos para sua defesa: *inter alia*, *proxénie*, *isopoliteia* e *symbola*. Ademais, os próprios gregos utilizaram bastante o asilo contra o banimento, até mesmo, muitas vezes funcionava como pena substitutiva, podendo o indivíduo condenado escolher entre a pena e a evasão do território de caráter permanente.

No Antigo Egito existem registros deste tipo de proteção, de modo semelhante ao que se observou na Grécia, no tocante à designação dos templos sagrados aos asilados, conferida também aos escravos fugitivos, soldados derrotados e alguns criminosos (CARLINER, 1984).

Segundo *Maekelt* (1982), o Império Romano modificou o instituto do asilo, tornando impossível sua concessão para aqueles que fossem considerados culpados com observância nas leis vigentes neste período, o que importou em uma alteração

de conteúdo jurídico, conforme observado, ou seja, apenas as pessoas perseguidas de forma injusta por governo ou particular receberiam proteção do Poder Público Romano.

Na Idade Média, com a chegada do cristianismo ao Império Romano, o imperador Constantino transformou os templos religiosos católicos em locais de asilo. A chamada *"Paz de Deus"*, surgida no século X, era invocada em meio aos confrontos, fazendo com as igrejas e a região ao seu redor fosse poupada (FAYARD, 1993).

No interstício entre os séculos X e XV, a população da Europa passava por uma onda de perseguição, oriunda de quem estava no poder, contra os leprosos, judeus e aqueles considerados hereges. Inclusive muitos judeus foram expulsos da Espanha, França, Inglaterra e Portugal e por essa razão dispersaram-se por outras regiões da Europa, África e América, por meio das invasões holandesas, espanholas e portuguesas (CARLINER, 1984).

Durante o século XVI, a Reforma Protestante ocasionou a decadência do poder religioso da Igreja Católica e, sob a influência protestante, os governos europeus tomaram medidas de cunho universalista, a exemplo, o acolhimento de asilados por inúmeras causas e origens, *a* filosofia política universalista caminhava, então, *pari passu* com a ideia da liberdade de opção religiosa, a qual se impregnava do princípio da tolerância (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1991, p. 243-256).

A liberdade religiosa reivindicada nesta época potencializou os anseios pelas liberdades de pensamento e opinião, o que ulteriormente contribuiu para construção de um Direito Natural sob o prisma da razão, pelo pensamento de Hugo Grócio (LAFER, 1988).

Hugo Grócio, por meio de seus estudos, contribuiu bastante no processo de laicização do *jus* naturalismo e foi extremamente importante ao conferir ao asilo político natureza de direito natural e uma obrigação do Estado, dando-lhe caráter de dever internacional em relação à comunidade dos Estados. Grócio defendia ainda que o asilo fosse concedido apenas aqueles que sofressem perseguições políticas ou em razão da religião. No século XVII a competência para concessão de asilo deixou de ser exclusivamente da igreja, em razão da consolidação dos Estados nacionais (MACEDO, 2006).

No século XVIII, a Constituição Francesa foi a primeira a consolidar uma norma de proteção às pessoas perseguidas, afirmando que a França daria asilo a

estrangeiros exilados de sua pátria visando um dos pilares de sua revolução que é a liberdade. Não obstante, a Assembleia Nacional tornou pública a seguinte declaração:

Em nome da Revolução Francesa, conceder-se-ia fraternidade e socorro a todos os povos que desejassem readquirir sua liberdade, encarregando o Poder Executivo de dar aos generais as ordens necessárias para que se levasse socorro a esses povos e para que se defendesse seus cidadãos quando tivessem sido prejudicados, ou ainda pudessem sê-lo, por amor à liberdade (GUETSEVITCH, 1936, apud MAEKELT, 1982, p. 141).

As manifestações políticas de origem Francesa, apesar de seu rico conteúdo relacionado à proteção dos direitos humanos, não repercutiram da maneira pretendida na Europa, entende-se que não houve desenvolvimento posterior na aplicação do asilo, ao passo que se tornou direito do Estado e não do indivíduo (LOPEZ GARRIDO, 1991).

Durante o século XIX, o instituto do asilo foi majoritariamente utilizado para impedir a extradição por crimes políticos. Também neste período a maioria dos tratados desta natureza previa o princípio da não extradição, com a ressalva dos crimes praticados contra os Chefes de Estado (LOPEZ GARRIDO, 1991).

No final do século XIX e início do século XX, o asilo se dividiu em asilo político e refúgio, o primeiro se desenvolveu principalmente na América Latina com a celebração do Tratado sobre Direito Penal Internacional, em 23 de janeiro de 1889, que tratava do asilo político relacionado à extradição e aos crimes políticos. A importância deste Tratado se revela na proteção conferida aos indivíduos, em períodos de instabilidades políticas, relacionadas à existência de ditaduras e governos autoritários. Posteriormente, seis novos instrumentos vieram complementar a proteção do indivíduo: Convenção sobre Asilo de 1928, Convenção sobre Asilo Político de 1933, Tratado sobre Asilo e Refúgio de 1939, Tratado de Direito Penal Internacional de 1940, Convenção sobre Asilo Diplomático de 1954 e Convenção sobre Asilo Territorial de 1954.

Concomitantemente ao desenvolvimento do asilo político na América Latina, despontava, a nível internacional, a regulamentação do instituto do refúgio. Diferente do asilo político, que tinha caráter mais regionalizado, conforme José de Andrade (2005, p. 114.) ~~é~~ cabe mencionar igualmente que seu estatuto jurídico se encontra definido, mormente, nas legislações domésticas e não nos textos convencionais. O refúgio é considerado um instituto global, tendo em vista sua regulamentação na

comunidade internacional, que nasceu e se desenvolveu bastante a partir do século XX com a Liga das Nações, e depois com Organização das Nações Unidas.

No período anterior à Primeira Guerra Mundial, o imbróglio dos refugiados não havia atingido grandes proporções, de modo que a proteção contra perseguições se concretizava pela concessão do asilo político, já que durante este período não se fazia necessária mobilização internacional para tanto. Mariño Menéndez (1983, p. 339) conclui que, de certo modo, os Estados viam com bons olhos a chegada de pessoas em seu território, em razão da ocupação de espaços vazios, tanto no aspecto físico como intelectual (o que representava maior e mais qualificada mão-de-obra). No entanto, essa imigração cada vez se mostra mais desencorajada.

Neste mesmo período, assim como nos anos que lhe antecederam, muitos refugiados do Império Russo e Otomano foram em direção da Europa central e oeste, bem como para a Ásia, de modo que após a Guerra dos Balcãs, minorias étnicas saíram da região, por volta de 1920, conforme observação de Beyer (1981, p. 28): 250.000 búlgaros da Romênia, Sérvia e Grécia, 50.000 gregos da Bulgária e 1.200.000 da Turquia.

Ocorreram muitos movimentos populacionais na Europa, marcados por serem provisórios, por exemplo, nos casos dos belgas e sérvios, que fugiram para a França e Albânia, havendo repatriação após o conflito. Algumas vezes os indivíduos se deslocavam dentro do território de seu Estado como ocorreu na Rússia em 1916, na qual se estimou o deslocamento interno de 3.000.000 de pessoas (ADAMS, 1939, p. 26). Os indivíduos que se deslocavam de seu território nativo em busca de proteção eram compostos pela população civil e por militares.

Ao término da guerra, o número de refugiados aumentou e sua situação se tornou ainda mais grave no tocante às questões de ordem política, econômica e social, tornando ainda mais complexo o problema. Louise Holborn (1938, p. 681) define que os principais fatores complicadores dessa questão foram o desemprego generalizado, o nacionalismo político e econômico e as restrições à imigração.

O Pacto da Liga das Nações que entrou em vigência no dia 10 de janeiro de 1920 não fazia nenhuma menção direta à questão dos refugiados, mas previa em seu preâmbulo intenções de manutenção de relações internacionais fundadas na justiça e honra, assim como propunha o esforço coletivo internacional para manter e assegurar condições de trabalho em todos os países signatários. Criou-se muitas expectativas de que a Liga das Nações pudesse resolver o imbróglio dos refugiados. O sentimento

internacional primevo era de que não havia outra organização mais capacitada para tal objetivo (RAIOL, 2010).

A partir daí se iniciou um procedimento de acomodação de natureza política e racial de refugiados, podendo ser considerada um grande marco no trato dessa questão. Não obstante, o trabalho da Liga não se restringiu às causas relacionadas aos refugiados, da sua atuação surgiram: a Conferência para a Codificação do Direito Internacional, a Organização sobre Comunicações e Trânsito, o Comitê de Peritos para a Assistência de Indigentes Estrangeiros, a Comissão de Investigação sobre o Tráfico de Mulheres e Crianças para o Oeste, a Organização Internacional do Trabalho e Organização Mundial da Saúde (ARAUJO; ALMEIDA, 2001).

Entretanto, foi fortemente criticada por não definir o conceito de refugiado, o que não significa ter negado sua proteção, inclusive agiu na defesa de alguns grupos específicos de refugiados. Também coibiu a prática de certos Estados de expulsar os refugiados ou forçá-los a sair de forma ilegal de suas fronteiras, de modo a reduzir consideravelmente esta prática. Houve ineficácia da Liga das Nações relacionada à aplicação normativa de alguns princípios universais nas relações internacionais, em decorrência da ~~ex~~ excessiva+soberania dos Estados, além de outros fatores de natureza política e econômica.

A Liga das Nações foi dissolvida em abril de 1946, sendo criada a Organização das Nações Unidas, o que ~~re~~representou uma tentativa de aproveitar a base sólida de cooperação entre países deixada por aquela entidade internacional+(RAIOL, 2010, p. 99). A ONU instituiu um organismo específico para tratar das questões dos refugiados, o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) que teve seu estatuto aprovado em Assembleia Geral no ano de 1950. No ano de 1951 nasceu à pedra fundamental normativa dos refugiados, a Convenção de 1951 . Estatuto dos Refugiados.

A Convenção de Genebra de 1951, conhecida pelo estabelecimento do Estatuto dos Refugiados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), definiu de modo restrito o rol de situações em que um indivíduo pode ser considerado refugiado. Inclusive, houve restrições quanto ao período e espaço em que a referida norma teria aplicação, como se pode observar em seu art. 1º, 2 . B1:

Para os fins da presente Convenção, as palavras "acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951", do art. 1º, seção A, poderão ser

compreendidas no sentido de ou a) "acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa"; ou b) "acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa ou alhures".

A norma internacional previu aplicação exclusiva aos acontecimentos anteriores ao ano de 1951, com mais ênfase na Europa, em decorrência dos efeitos devastadores da Segunda Guerra Mundial, sobretudo à denominada *catástrofe humana*, que foi o movimento de fuga de milhares de indivíduos para outros territórios em virtude das perseguições pós-guerra (HOBSBAWN, 1995).

Apesar dos problemas perceptíveis no Estatuto dos Refugiados da Convenção de 1951, ela é considerada um marco da defesa dos interesses dos refugiados, pois inaugurou o conceito clássico da figura do refugiado, que serve de referencial na análise de situações relacionadas ao refúgio não previstas nela. Apontou-se um norte para ampliação no sentido da norma. Posteriormente, surgiram outros diplomas normativos que complementaram o conceito estabelecido.

O Protocolo de 1967 excluiu do Estatuto dos Refugiados as restrições de cunho temporal e geográficos, denominadas reservas geográfica e temporal, reconhecendo o surgimento de novas categorias de refugiados, contendo o seu preâmbulo o seguinte teor:

§1. Os Estados Membros no presente Protocolo comprometer-se-ão a aplicar os artigos 2 a 34, inclusive, da Convenção aos refugiados, definidos a seguir.

§2. Para os fins do presente Protocolo, o termo "refugiado", salvo no que diz respeito à aplicação do §3 do presente artigo, significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras "em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e..." e as palavras "...como consequência de tais acontecimentos" não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro.

O presente Protocolo será aplicado pelos Estados Membros sem nenhuma limitação geográfica; entretanto, as declarações já feitas em virtude da alínea ~~a~~ do §1 da seção B do artigo1 da Convenção aplicar-se-ão, também, no regime do presente Protocolo, a menos que as obrigações do Estado declarante tenham sido ampliadas de conformidade com o §2 da seção B do artigo 1 da Convenção.

As circunstâncias de natureza política e civil foram mantidas, exclusivas às perseguições em razão da raça, religião, nacionalidade, integração em determinado grupo e orientação política, porém as condicionantes temporárias e geográficas foram definitivamente retiradas do texto do Estatuto, o que representou significativos avanços e bastante ampliação na inclusão de indivíduos no rol dos refugiados. O Protocolo de 1967 ressaltou, ainda, em seu preâmbulo, a necessidade do

reconhecimento de novas classes de refugiados, representando grande avanço conceitual que sinalizava de modo oficial a *mobilidade conceitual* do instituto (RAIOL, 2010).

A Convenção Africana de 1969 foi um tratado regional que inovou em relação aos documentos anteriores, apresentando modificações relacionadas ao grau de desordem pública do país do refugiado, considerando que o fato gerador possa assolar tanto parte do território como sua integralidade. Houve alteração no aspecto geográfico, ampliando ainda mais os horizontes do Estatuto dos Refugiados, *vide* art. 1º, §2º da Convenção Africana:

O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.

A novidade do documento mencionado foi a impossibilidade de negar refúgio ante as situações de *deslocamento interno*, na qual o indivíduo ou grupo de pessoas é deslocado para outra região pelo próprio Estado, dentro do seu território, em decorrência de perseguições. Tal situação antes da Convenção Africana impedia o reconhecimento do refúgio. Além das causas clássicas de refúgio, a norma internacional expandiu o reconhecimento do indivíduo como refugiado quando definiu como motivo qualquer acontecimento perturbador da ordem pública, podendo aqui se encaixar várias situações, inclusive a dos refugiados ambientais.

Considera-se que, o sentido da expressão refugiado é muito mais amplo do que a Convenção de 1951 estipula. Diante disso, é necessária tutela normativa que envolva esta situação para que os refugiados ambientais tenham seus direitos reconhecidos, possibilitando a reconstrução das suas vidas.

Portanto, apesar de existir vários mecanismos internacionais voltados para a proteção dos refugiados a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Convenção das Nações Unidas sobre o estatuto dos Refugiados de 1951, Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados (1967), ainda há muito a ser implementado para estabelecer melhores condições de vida para todos os refugiados espalhados em todo mundo, uma vez que os presentes não se mostraram eficazes.

1.2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

O presente tópico aborda questões relativas ao que prega a Constituição Federal de 1988, no tocante a sua relação com os Estados Internacionais, assim como os princípios que dirimem o entendimento e interpretação dessas relações nos mais variados aspectos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 4º os princípios que conduzem as relações internacionais, adsorvendo determinados parâmetros para o exercício da política brasileira no âmbito externo:

Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I . independência nacional;
- II . prevalência dos direitos humanos;
- III . autodeterminação dos povos;
- IV . não-intervenção;
- V . igualdade entre os Estados;
- VI . defesa da paz;
- VII . solução pacífica dos conflitos;
- VIII . repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX . cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X . concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Depreende-se do texto constitucional, que há certa inovação, no tocante à preocupação com o relacionamento com a comunidade estrangeira, uma vez verificada que, o dispositivo eleva os princípios norteadores das relações internacionais a um patamar constitucional, sendo portando a República Brasileira um sujeito da sociedade internacional.

Conforme o artigo 1º da Lei 9.474/1997 . responsável por definir os mecanismos de implementação da Convenção de Genebra de 1951 . reconhece como refugiado todo indivíduo que:

- I. devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II. não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III. devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país¹

¹ Art. 1º da Lei nº 9474/1997 (disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm - acesso em 3 maio de 2018).

Com base no inciso IX, que trata da cooperação dos povos visando o progresso da humanidade, assim como na própria concessão de asilo político de que trata o inciso seguinte, verifica-se a necessidade de uma autonomia protecionista estatal com enfoque em todos os indivíduos que se enquadrem na situação descrita, visando o princípio máximo norteador dos direitos humanos, presente na nossa Carta Magna que pugna acima de tudo tratar a todos com humanidade e estabelecer condições de existência digna para todo ser humano.

Tal princípio será analisado com maior atenção mais à frente, pois não é possível tratar de assuntos humanitários sem uma análise que tenha uma perspectiva pelas lentes do princípio da dignidade da pessoa humana.

Contudo, antes de adentrar em uma apreciação conceitual do referido princípio constitucional, precisa-se analisar, de forma breve, a Carta das Nações Unidas que nos revela, em seu artigo primeiro, quais os propósitos das Nações Unidas no art. 1º os propósitos das Nações unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.

O órgão responsável para resolver sobre questões que envolvem o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil é de competência do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) do Ministério da Justiça. Logo, é necessário inserir esses cidadãos internacionais em alguma categoria que permita sua proteção, haja vista não haver no texto internacional disposição expressa quanto à proteção ambiental, ou ainda, pugnar à comunidade internacional que volte seus olhos a situação daqueles que estão desamparados por tais razões, para que haja alteração

legislativa com a finalidade de inseri-los neste rol ou criar de um dispositivo exclusivo para este fim.

Posto isto, podemos relacionar as informações contidas no Artigo 4º da CF/88 e trecho supracitado da Carta das Nações Unidas que trata de seus propósitos e, finalmente, extrair uma ideia unificadora, que pode ser resumida em proteção, respeito e desenvolvimento humanitário.

Conforme Almeida (2009), o Estatuto do Estrangeiro no Brasil . a revogada Lei 6.815/80 . foi responsável pela instauração do CNlg. Entretanto, seu dispositivo não havia acelerado um mecanismo claro de proteção humanitária, sendo constituído antes da Constituição Federal de 1988. Inclusive, considera-se que a referida norma não estava em conformidade com as normas constitucionais e internacionais, o que era flagrantemente observado, por exemplo, na vedação à liberdade do migrante de associação sindical.

No relato apresentado pelo Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), %Rede Solidária para Imigrantes e Refugiados+ (2007, p. 2), existem no Brasil atualmente Redes de Proteção que operam na implementação de Políticas Públicas para os refugiados, adicionando incentivos aos esforços e articulações, agrupando várias instituições, entes, personalidades, organizações sociais, universidades, entre outros mecanismos unidos na luta pela defesa do refúgio, na promoção de ações solidárias que visam proteção, assistência e integração dos migrantes e dos refugiados. Todas essas conquistas são dadas através dos direitos conquistados constitucionalmente com o advento da CF/1988.

Segundo Bógus e Rodrigues (2011) devido às Políticas de Assistência aos Refugiados, destacam-se três linhas fundamentais que se referem à saúde, alimentação e moradia.

Quanto à assistência ao direito à saúde, conforme a Constituição Federal, todos estrangeiros que se encontram no Brasil têm garantido o atendimento nos hospitais públicos. O ACNUR designa verba para a compra de medicamentos e os destina às ONG's, que avaliarão a situação dos solicitantes e decidirão sobre os usos dos fármacos.

Em relação ao direito à Alimentação, essa ação acontece por meio de parceria entre ONG's e Serviço Social do Comércio (SESC) essa parceria procedeu devido à oferta de alimentos a baixo custo para solicitantes e refugiados, com descontos expressivos nos preços normais das refeições.

No tocante ao direito à moradia, os imigrantes são acolhidos em abrigos públicos, mantidos pelas Prefeituras Municipais e pelo Governos dos Estados, e de Albergues mantidos por ONG's. Cabe frisar que essa moradia quando o imigrante passa a ser reassentado, o refugiado poderá ter seu aluguel pago pelo ACNUR por um determinado período.

De acordo com o ACNUR (2014), torna-se necessário que haja auxílio entre os países e a atuação da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados:

Quando não há mais recursos disponíveis dos países de acolhida, o ACNUR proporciona assistência aos refugiados (e outras pessoas sob seu mandato) que não possam satisfazer suas necessidades básicas. A assistência pode ser dada sob a forma de donativos financeiros, alimentação, materiais diversos (tais como utensílios de cozinha, ferramentas, sanitários e abrigos) ou de programas de criação de escolas ou centros de saúde para quem viva em campos ou outras comunidades (ACNUR, 2014).

Conforme já dito, atuam dois alicerces legais no ordenamento jurídico brasileiro e podem proteger os refugiados, considerando com seus direitos garantidos como pessoa de direitos. A primeira e principal é a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu como fundamento jurídico o princípio do respeito à ~~%~~Dignidade da Pessoa Humana+(CF/88, art. 1º, III), e como objetivo fundamental da República a promoção do ~~%~~bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação+(CF/88, art. 3º, IV).

Para Milesi e Sprandel (2003) aponta que apesar desses direitos garantidos a todos que necessitarem, todavia, a realidade brasileira de apoio aos refugiados ainda precisa de intensa fiscalização para que sejam garantidos os direitos de fato.

[...] a realidade destas pessoas ainda está marcada por uma situação carente, do ponto de vista da inclusão em políticas públicas e das oportunidades básicas necessárias para a reconstrução de uma vida. [...] no que se refere à implementação de políticas públicas para refugiados ou o acesso deste às já existentes, o Poder Público permanece, ainda, bastante distante, quando não omisso, delegando à sociedade civil a efetivação desta tarefa e abstendo-se de trazer para si o cumprimento desta responsabilidade. As políticas públicas voltadas para a assistência e integração são essenciais para assegurar aos refugiados seus direitos econômicos, sociais e culturais (CARLET; MILESI, 2006, p. 136, 138-139).

Nesse contexto, Bógus e Rodrigues (2011) indaga que, se no plano jurídico os direitos garantidos a todos, tanto aos imigrantes quanto aos refugiados residentes no Brasil possuem por direito o acesso às Políticas Públicas do Governo.

Diante disso, constata-se que na prática, o acesso desse grupo de pessoas é precário, a exemplo de alguns programas sociais disponibilizados a todos as pessoas

de baixa renda, como o Programa Bolsa Família, destaca-se que o regulamento desse programa governamental de transferência de renda integrado ao acesso a Direitos Sociais, não possui nenhuma distinção restritiva em relação às famílias contempladas para receber os benefícios, a não ser sua condição de pobreza ou extrema pobreza, então, se o estrangeiro reside no país e estiver nessas condições, e cumprir com as condições exigidas pelo programa, ele tem o direito de acesso ao Bolsa Família garantida pela Constituição (BÓGUS; RODRIGUES, 2011).

Portanto, o Brasil é reconhecido como um dos países que compõe o quadro de mais solidários no acolhimento dos refugiados e possui uma legislação moderna que contempla os direitos Constitucionais (Lei 9.474/97) específica de reconhecimento do *status* de refugiados.

1.3 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A FALTA DE TUTELA JURISDICIONAL QUANTO AOS REFUGIADOS AMBIENTAIS

Para essa temática, visa-se discutir a necessidade de entender os aspectos que regem o princípio da dignidade da pessoa humana, demonstrar que a falta de norma que vise à tutela de um direito à proteção de seres humanos desabrigados fomenta a discriminação desses povos, assim como contribui para uma marginalização e até mesmo oferece perigo de vida para esse grupo, haja vista ser dever estatal regular tais questões que já foram demonstradas anteriormente como relevantes juridicamente, não podendo, portanto, manter tais lacunas legislativas.

Para Barroso (2010) essa discussão a respeito da dignidade da pessoa humana, na sua definição contemporânea, tem origem religiosa, bíblica: o homem feito à imagem e semelhança de Deus. Com o iluminismo e a centralidade do homem, ela migra para a filosofia, tendo por fundamento a razão, a capacidade de valoração moral e autodeterminação do indivíduo.

Diante disso, no século XX, essa percepção se torna um desígnio político, sendo necessário ser implementado como busca de melhorias a esse grupo de pessoas pelo Estado e pela sociedade. Posteriormente a 2ª Guerra Mundial, a ideia de Dignidade da Pessoa Humana desloca progressivamente para o âmbito jurídico, devido a dois movimentos que deram início a origem de uma cultura pós-positivista, um resultando no Direito da filosofia moral e da filosofia política. Enquanto que o outro

incidiu na inclusão da dignidade da pessoa humana em diferentes documentos internacionais e Constituições de Estados democráticos (MCGRUDDEN, 2008).

A Dignidade da Pessoa Humana está prevista no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal. Tal dispositivo nos traz esse princípio como fundamento da República brasileira. Entende-se que a Dignidade da Pessoa Humana é um princípio absoluto, ou seja, deve ser observado e respeitado em todos os âmbitos, principalmente naqueles de caráter jurídico, sendo intrínseca a condição de ser humano (SARLET; 2006).

A dignidade da pessoa humana é uma qualidade intrínseca, inseparável de todo e qualquer ser humano, é característica que o define como tal. Concepção de que em razão, tão somente, de sua condição humana e independentemente de qualquer outra particularidade, o ser humano é titular de direitos que devem ser respeitados pelo Estado e por seus semelhantes. É, pois, um predicado tido como inerente a todos os seres humanos e configura-se como um valor próprio que o identifica (SARLET; 2006, p.88).

A Dignidade da Pessoa Humana no Brasil foi regulamentada pela Constituição da República de 1988, esse advento constitui-se como um instrumento de defesa e da realização de direitos fundamentais do indivíduo e da coletividade, nas mais diferentes áreas de atuação.

Para Ingo Sarlet (2002), a dignidade da pessoa humana é uma característica inerente, individual e inseparável de qualquer ser humano, pois somos únicos como pessoas. Vale ressaltar que, o ser humano é titular de direitos, ou seja, todos os indivíduos têm seu direito assegurado pela jurisdição brasileira, sendo assim, esse cidadão deve ser respeitado pelo Estado e por todas as pessoas, por serem portadores de direitos e deveres sociais, cuja essência configura-se como um valor próprio que o identifica cada um como pessoa.

O entendimento de Dignidade da Pessoa Humana como valor pessoal que determina a condição de ser humano remonta ao pensamento clássico durante várias décadas, origem ideológica no pensamento cristão que acreditava que o homem digno na sua vivência refletia o contexto contido nas Escrituras Sagradas.

Alves (2001) e Sarlet (2002) enfatizam que nesse período, os cristãos entendiam que a dignidade se encontrava interligada ao ser humano, cuja essência pode ser comparada como uma chave-mestra, sendo seu caráter reflexo do seu comportamento. Esta ideia no contexto bíblico era vista como um instrumento transformador pelo fato do caráter explicar a origem da dignidade e sua inviolabilidade.

Patrímônio (2004) destaca a dignidade em sentido filosófico e político na antiguidade, a dignidade humana estava correlacionada à posição social que o cidadão ocupava, outro aspecto estava ligado ao nível de reconhecimento por parte da comunidade onde estava integrado. Dessa forma, vale ressaltar que nesse período, quando o cidadão era visto como uma pessoa de ampla responsabilidade, comportamento adequado voltado à ética e, principalmente respeitado por todos, assim, essa pessoa era conhecido como sendo digno de aceitação.

Ainda Patrímônio (2004), num sentido mais amplo, a dignidade da pessoa encontra-se associada à capacidade exposta dos ensinamentos constitucionais, essa visão reconhece e valorizar o ser humano como a base e o topo do direito.

[...] há um direito às condições mínimas de existência humana digna que não pode ser objeto de intervenção do Estado e que ainda exige prestações estatais positivas. Sem o mínimo necessário à existência cessa a possibilidade de sobrevivência do homem e desaparecem as condições iniciais da liberdade. A dignidade humana e as condições materiais da existência não podem retroceder aquém de um mínimo (TORRES, 2009, p. 70).

Barroso (2011) enfatiza que o mínimo existencial promove condições ao cidadão quanto à efetivação dos seus direitos, contemplando assim a dignidade humana desse indivíduo. Nesse pensamento, o autor refere-se a dois aspectos relevantes para implantação dessa ideia, a saber: o seu enquadramento dos documentos internacionais e o direito proposto na CF/88 referido à dignidade humana.

A Constituição Federal de 1988 art. 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana+ (BRASIL, 1988).

Já para Guilherme (2008) o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana em sua essência, faz parte do ordenamento jurídico brasileiro e comparado, essa percepção se dá pelo fato de pertencer a um instrumento fundamental para a interpretação e para a aplicação das normas e diretrizes constitucionais e infraconstitucionais nas relações entre os cidadãos nas relações destes com Estado.

Segundo Barcellos (2002) na área de saúde quando a essa dignidade é ferida através da expressão como ~~que~~ foi submetido a tratamento desumano+, essa falta de cuidado e respeito para com o ser humano pode ser exemplificada quando a pessoa

foi submetida em condições sub-humanas tais como: fome, humilhação, tortura, descaso no atendimento prestado na saúde, entre outros.

A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos (MORAES, 2002, p. 128).

Desse modo, como cidadão, o Estado democrático tem o direito fundamental e constitucional como valor absoluto, cujo princípio zela pela dignidade da pessoa prevista pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Todavia Barroso (2013) enfatiza que por esse cidadão ser digno, consequentemente possuindo direitos fundamentais e por isso, o Estado deve ser instrumento a serviço da dignidade humana e não o contrário; sendo neste amplo alcance que está à universalidade do princípio da dignidade humana que reflete que todos são iguais perante as leis que regem o país.

Miguel Reale (2012) em sua reconhecida Teoria Tridimensional do Direito, que consiste em mostrar que o Direito versa na união de três pilares, sendo o primeiro deles, o fato, logo, depreende-se daí que, o que vai justificar qualquer estudo em qualquer área do Direito, será uma situação fática.

Onde quer que haja um fenômeno jurídico, há, sempre e necessariamente, um fato subjacente (fato econômico, geográfico, demográfico, de ordem técnica etc.); um valor, que confere determinada significação a esse fato, inclinando ou determinando a ação dos homens no sentido de atingir ou preservar certa finalidade ou objetivo; e, finalmente, uma regra ou norma, que representa a relação ou medida que integra um daqueles elementos ao outro, o fato ao valor. (REALE, 2002, p.65).

O Tribunal Constitucional Federal Alemão extraiu da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à integridade física, conforme a interpretação sistemática disponibilizada junto ao princípio do Estado social, sob o mesmo ponto de vista, para os cidadãos que vivem em estado de pobreza, sem condições de sobrevivência o Estado estipula um valor mínimo que garante aos cidadãos carentes certo nível de satisfação das necessidades básicas, compondo assim, uma vivência humanamente digna através dos seus direitos garantidos (LEIVAS, 2006; KRELL, 2002).

Fiorillo (2007) enfatiza que:

Uma vida com dignidade reclama a satisfação dos valores (mínimos) fundamentais descritos no art. 6º da Constituição Federal, de forma a exigir do Estado que sejam assegurados, mediante o recolhimento dos tributos, educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, lazer, entre outros direitos básicos indispensáveis ao desfrute de uma vida digna (FIORILLO; 2007, p. 67-68).

O artigo 6º da Constituição Federal dispõe: É Direita Social a educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, a moradia, ao transporte, ao lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Portanto, a dignidade humana pode ser entendida como base para determinar a interpretação e a aplicação da Constituição. Diante disso, a dignidade humana por ser uma propriedade intrínseca dada a qualquer ser humano, faz com que toda e qualquer pessoa seja considerada digna, não por algum tipo de atributo pessoal, ou do estado social e econômico em que se encontram, e sim, pelos direitos a ela referido de todos os poderes públicos que compõem a República Federativa do Brasil.

De forma mais ampla, Assis (2017), demonstra um pensamento que é compartilhado aqui:

O direito internacional do meio ambiente, hoje ligado aos direitos humanos internacionais, precisa ser utilizado para que se garanta à todas as pessoas que possam vir a perder seus lares devido a eventos naturais exacerbados pela mudança climática o direito de procurar asilo e encontrar refúgio. (...) Somente uma ação conjunta que englobe direitos humanos e direito ambientais poderá fazer com que o asilo, já consagrado no direito dos refugiados seja estendido àquelas pessoas que deixam seus países devido a catástrofes naturais. Pessoas essas que, na maior parte das vezes, se encontram nos países mais pobres do mundo, que são os países que sofrem as consequências de desastres naturais (ASSIS, 2017, p.134).

Neste mesmo sentido, o autor firma seu entendimento, defendendo uma atribuição mais efetiva na responsabilidade do Estado, conjuntamente com uma observação das normas de Direitos humanos. Impondo ainda, embasamento constitucional, haja vista a Constituição Federal assegurar direito a um ambiente sadio e equilibrado.

Concluindo, em seu artigo, Fensterseifer (2008) lança uma questão sobre a responsabilidade estatal que se mostra pertinente com o tema trabalhado nessa pesquisa, pois se faz necessário além de entender quem é o refugiado, quais as causas de sua condição e qual o dever do Estado perante a sociedade.

Todo fato, destarte, possui uma importância social, ou seja, terá um valor social atribuído, mas, ainda, não quer dizer que venha a ter um valor jurídico atribuído ao seu caráter. Porém, axiologicamente é que se faz a diferenciação de quais fatos são puramente sociais, não sendo relevantes para o mundo jurídico e quais realmente tem valor jurídico. A conexão de um fato e do valor que lhe é atribuído no âmbito sociocultural determinará se este é relevante na esfera normativa. Desta forma, o fato, o valor e a norma estão fielmente embutidos na concepção da tutela de direitos dos indivíduos inseridos numa sociedade normatizada.

Com base nisso, é inegável que o desamparo daqueles que foram atingidos por desastres ambientais é fato juridicamente relevante para o Direito, não justificando o abandono normativo existente na atualidade.

2 O REFÚGIO E OUTROS INSTITUTOS DE PROTEÇÃO

Nesse capítulo trata-se do instituto do refúgio propriamente dito, conceituando-o com a finalidade de discriminar a finalidade desse mecanismo de proteção, assim como quais as questões abarcadas pelo mesmo.

O Refúgio é relacionado aos Direitos Fundamentais de 3ª geração, que se referem, principalmente, à fraternidade e solidariedade no âmbito internacional. Trata-se de um mecanismo de proteção à vida e outros direitos fundamentais do indivíduo que, por temer perseguições em razão de sua raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opinião política, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele².

2.1 DESLOCAMENTO

Nesta discussão, o foco do estudo é tratado sobre aspectos referentes ao deslocamento, que também é propagado como deslocamento interno e que, embora se assemelhe ao refúgio, não pode ser confundido com este, mas com base nas diferenciações que serão feitas a seguir, conclui-se pela relevância do tópico para o entendimento geral do estudo dos refugiados ambientais.

Segundo a classificação adotada pelo ACNUR (2016), o deslocado interno se caracteriza por não atravessar a fronteira de seu país natal, permanecendo, assim, dependente das decisões do seu Estado, ainda que a atuação deste governo seja a causa da sua fuga. As razões que motivam tais grupos a se deslocarem internamente são muito semelhantes aos dos que procuram refúgio, ou seja, deslocam-se para fugir de conflitos armados, ou devido a violação aos direitos humanos, violência generalizada, entre outras razões análogas.

Diante disso, nota-se no conceito acima que há a expressão calamidade natural, sendo o mais próximo de configurar o grupo objeto do nosso tema de estudo.

² ONU. Convenção de 1951, art. 1º-A (2).

Contudo, ainda insuficiente, haja vista que, a pobreza de detalhes, principalmente porque o referido conceito não era direcionado para a causa em questão, como por exemplo, a travessia da fronteira que seria fator determinante para que houvesse o estabelecimento da situação de um refúgio, o que por si só, não seria suficiente, haja vista a necessidade de o Estado acolhedor ter políticas internas para recepcionar as vítimas de desastres ambientais (MOREIRA, 2006).

O deslocamento ambiental é uma ação que requer vários mecanismos por ser provocado por fatores externos a vontade e que se ligam inteiramente às mudanças ambientais. Segundo Goffman (2006) de maneira geral, a sociedade responde as catástrofes ambientais, enquanto o assunto estiver em destaque das mídias, entretanto, para o autor, na realidade os refugiados ambientais são considerados um problema complexo, visto que, após as primeiras intervenções, esses refugiados se tornam esquecidos.

Quando se trata sobre a categoria refugiados ambientais se fala de pessoas que são impedidas temporária ou permanentemente de retornar a seu local de origem. Nesse sentido, vale frisar que, essas pessoas são obrigadas a deslocarem da sua terra natal para residirem em outro país com diferentes culturas, além de serem obrigadas ou até mesmo forçadas a deixar seu lugar de origem, podendo voltar ou não para ele (MARANDOLA; HOGAN, 2004).

Nesse contexto, muitos desses casos, não é mais possível retornar por vários motivos, não havendo escolha aos refugiados ambientais. Em outras circunstâncias, há que se criar oportunidades para que seja possível a escolha de se voltar ao lugar de origem ou não. Para Lopes (2007) o Direito Internacional do meio ambiente amplia com normas preventivas e punitivas no que diz respeito à degradação ambiental, e o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e o Direito Internacional Humanitário (DIH) tratam das finalidades contrárias da degradação ambiental nos seres humanos.

Variavelmente as vítimas de perseguição, ou as pessoas que se deslocam por causa de um desastre ambiental podem, buscar apoio e ajuda nos órgãos destinados como suporte do próprio governo, mesmo que tal apoio seja limitado. Destaca-se que não deve ser confundido com a situação em que o agente perseguidor utiliza a degradação ambiental como meio de perseguição. Assim sendo, o motivo da perseguição pode ser uma das previstas na Convenção de 1951, e a configuração de

perseguição é o dano ambiental; assim, trata-se de um refugiado (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2010).

2.2 MIGRAÇÃO

Conceituando o fenômeno da migração e da imigração, mais uma vez com a finalidade de compor o conhecimento na área de estudo do presente trabalho. O migrante, é aquele que sai de sua região para outra, dentro do seu país de origem ou além de suas fronteiras, em busca de melhores condições de vida ou da própria sobrevivência.

Segundo Reis Rocha (2004) afirma que no âmbito da imigração declarado, sobressai que a Declaração garante as pessoas referidas no art. 15, ~~o~~ direito a ter direitos+, significa dizer que, todo cidadão deve obter o direito a ter uma nacionalidade, além disso, não a perder e ainda ter o direito de poder trocar de nacionalidade. Já no art. 14, o direito de procurar asilo em casos de perseguição; e no artigo 13, parágrafo 2, o direito de sair, isto é, deixar seu país de origem, e de voltar quando tiver vontade.

Difere-se do deslocado interno, pois este não tem escolha, a mudança se faz imprescindível para garantir sua sobrevivência, logo, a decisão de migrar compete diretamente aos envolvidos, ao contrário do que acontece quando ocorre o deslocamento, uma vez que este é forçado, pois não há opção de continuar no local, devido a total falta de condições que garantam a vida dos indivíduos.

As mudanças ambientais globais, a saber, as mudanças climáticas e eventos extremos são alguns tipos de situações que fazem com que a pessoa se torne um refugiado ambiental. Para Hogan (2005, p. 325) comenta: ~~Existe~~ ^{Existe} considerável desacordo sobre a relevância da mudança ambiental para a migração. Alguns pesquisadores caracterizam as condições ambientais como simplesmente mais um dos *pushfactors* que influenciam as decisões de migrar+.

Para Ikeda (2001) esse direito ao acesso à nacionalidade é importante na medida em que a própria legitimidade da ordem mundial pós-Westphalia é dada pelo chamado princípio de autodeterminação nacional, que:

[õ] estabelece que a um povo deve ser oferecida a possibilidade de conduzir livremente a sua vida política, econômica e cultural segundo princípios democráticos. A condução livre de sua vida política demanda, em primeiro lugar, que o poder político esteja sob o controle daquele povo e que tal controle seja exercido sob bases igualitárias e democráticas (a chamada

autodeterminação interna, equivalente à democracia) e, em segundo lugar, que o controle seja exercido livre da independência de terceiros (a autodeterminação externa equivalente à independência) (IKEDA, 2001, p. 75).

Ainda que a migração seja de forma forçada, em relação aos estudos demográficos, a real situação global indica uma devastação que nunca antes foram tão permeadas de incertezas como hoje. Atualmente, em algumas localidades afetadas por barragens hidrelétricas ou outras formas de deslocamento forçado é uma situação que envolve as mudanças climáticas causadas em grande parte do mundo (MARANDOLA; HOGAN, 2005).

A análise jurídica da complexa dada a questões de migração perpetrada pela doutrina internacionalista tem comprovado em várias ocasiões a existência de um esforço para sistematizar as normas de proteção internacional aplicadas às diferentes situações de migração. Para Cholewinski, Perruchoud e Macdonald (2007) esse parecer, possibilita incorporar normas que frequentemente são consideradas como parte do direito internacional dos direitos humanos, do direito internacional dos refugiados, do direito internacional humanitário, do direito internacional do trabalho, do direito internacional econômico e do direito internacional penal.

Conforme a Organização Internacional para Migrações, a migração é uma das questões estipuladas do século XXI. Na atualidade essa questão é considerada fundamental, decisiva e potencialmente obrigatória do desenvolvimento econômico e social. Por outro ângulo, ainda precisa-se efetivar meios de conduzir a migração de forma eficaz, sendo necessário dinamizar os esforços destinados a essa categoria de pessoas visando melhores resultados.

Quanto a Cidadania pós-nacional, analisando o acontecimento específico dos Estados, Reis Rocha (2004) comenta:

[õ] enquanto na primeira metade do século XX a política de imigração americana era moldada por uma ampla aceitação de distinções raciais, desde 1960 o apoio cada vez maior aos direitos civis, somado à oposição crescente à discriminação racial, estabeleceu o fundamento para a liberalização da política imigratória dos Estados Unidos. Assim, as políticas de interesse de grupos, moldadas cada vez mais pelas normas liberais nas décadas recentes, explicam em grande medida por que o governo americano adotou políticas de imigração liberais apesar do amplo apoio público a novas restrições à imigração na década de 1980. Enfim, a política interna e as ideias liberais contribuíram significativamente para o aumento da imigração no país em décadas recentes por meio da passagem de políticas de imigração liberais (DELAET, 1998, p. 4).

Para Jubilut (2005) nesse período, a falta de um instrumento internacional amplo que assegure o direito adquirido constitucionalmente para essa categoria de pessoas, visando a regulamentação das condutas dos Estados a respeito de todas os fatores existentes na migração. Pois, são regradas por normas internacionais que, ao acondicionarem questões como segurança, nacionalidade, apátrida, liberdade de circulação de pessoas, unificação familiar, direitos humanos, saúde, tráfico de pessoas, refúgio, asilo, tocam na temática das migrações; ou, ainda, normas de proteção geral, também sejam aplicadas também às pessoas em movimento.

2.3 DIREITO DO ASILO

Quanto ao direito reconhecido pela Constituição Federal, assim como os demais acima citados e estudados, possui relevância jurídica e um peso significativo para o presente estudo, encontra-se o direito ao asilo.

Conforme já citado na discussão e disposto na Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, são consideradas refugiadas as pessoas que se encontram fora do seu país de origem por causa de fundado temor de perseguição em razão de motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou de pertencimento a determinados grupos sociais, o que os impede de retornar à sua região de origem. Também são refugiados aqueles que deixaram seus países, motivados por conflitos armados, violência generalizada e violação aos Direitos Humanos (ARAÚJO, 2001).

Pertencente ao Direito Internacional Público, o asilo é regulamentado por convenções específicas. Geralmente entende-se que o asilo político ocorre quando um Estado recebe estrangeiros devido às desavenças políticas, ou ainda, crimes relacionados com a segurança do Estado. Já o denominado asilo territorial tem a finalidade de preservar a vida, a liberdade, e outros direitos fundamentais de quem se sente ameaçado ou perseguido em seu país de origem em virtude de turbulências sociais ou políticas.

O asilo territorial é a recepção de estrangeiro no território nacional, enquanto no asilo diplomático, o país que recebe o estrangeiro o faz fora de seu próprio território, nas embaixadas, acampamentos ou representações diplomáticas . ou seja, dentro do mesmo território onde o indivíduo está sendo perseguido. Portanto, a concessão do asilo diplomático, não implica necessariamente, na concessão de asilo territorial (ARAÚJO, 2001).

Para Araújo (2001) o asilo territorial é uma forma de consolidação integrada a condição do refugiado político. Com efeito, configura-se que numa primeira fase os refugiados, seja políticos ou não políticos, pretendem buscar um país normalmente próximo visando encontrar um ambiente mais aproximado da sua realidade, assim, como também, fugir de um regime apresentado por eles como inaceitável.

Deve-se entender que o asilo territorial, não necessita ser confundido com o asilo diplomático, pode ser caracterizado como a proteção estabelecida por um Estado.

É possível visualizar similaridades entre o asilo e o refúgio, uma vez que ambos essencialmente visam à proteção do indivíduo por outro país e se baseiam na solidariedade e cooperação internacional, possuindo, portanto, inegavelmente caráter humanitário. Contudo, com base no descrito, é possível notar as diferenças de um para o outro, como por exemplo, os fatores que permitem a concessão (SERRAGLIO, 2014).

A concessão do asilo está limitada a questões políticas, enquanto o refúgio possui cinco motivos, quais sejam: raça, religião, nacionalidade, opinião política, e pertencimento a determinado grupo social. Para Barreto (2010) o asilo passou a constituir importante instrumento internacional de proteção ao indivíduo perseguido, e diz ainda que na América Latina, o asilo diplomático sempre foi amplamente praticado, provavelmente por causa da constante instabilidade política na região, com sucessivas revoluções, havendo, assim, a necessidade de se conceder proteção aos chamados criminosos políticos.

O cenário se agrava quando se pensa em refugiados ambientais, pois estes nem mesmo se enquadram na definição de refugiados da Convenção de 1951, embora sua situação de vulnerabilidade seja a mesma dos demais refugiados (SERRAGLIO, 2014).

Eles perdem seu Estado, por consequência seus direitos, não havendo nenhum Estado que os acolha e que reconheça seus direitos, deixando-os em um estado extremamente vulnerável. São aqueles que temem por suas vidas em razão de fatores ambientais, como desastres, catástrofes, inundações, furações, tsunamis ou secas, por exemplo, sejam eles decorrentes ou não da atividade humana, não estão amparados juridicamente (SERRAGLIO, 2014).

Ademais, os países não consideram as causas ambientais como fundamentos para caracterização de uma situação de refúgio. Jacobson (1988, p.6, *apud* RAIOL,

2010, p. 157) ressalta que a maioria dos governos não reconhece o declínio ambiental como uma causa legítima do movimento de refugiados, optando, ao invés disso, por ignorar a causa.

A criação de uma norma ou simplesmente a extensão do que está disposto na Convenção de 1951³ é medida imperiosa para solução ou, ao menos, melhor amparo da categoria dos refugiados ambientais. Inconformado com a interpretação reduzida desta norma internacional, Jacobson (1988, p. 16, *apud* RAIOL, 2010, p. 159) conclui que a melhor interpretação seria a de que:

Aqueles que se veem forçados a movimentos em decorrência de distúrbios ambientais naturais ou provocados por humanos, onde se estabeleçam, em metrópoles, campos de ajuda humanitária, ou cultivando terras marginais, estas pessoas constituem uma crescente classe de refugiados ambientais.

Por fim, serão analisados alguns casos e o modo como o problema está sendo tratado em diversas regiões do planeta. O que se busca nesta pesquisa é uma forma de garantir Direitos Humanos essenciais aos refugiados ambientais, o mínimo de condições necessárias à vida humana com dignidade, o que não vem sendo observado no presente.

Embora o título do estudo remeta à necessidade de uma norma como meio de concretização de Direitos e Garantias de ordem fundamental, não se deve entender que este seria o melhor ou único caminho, entendendo que, quanto maiores forem os esforços na busca pelos ideais de justiça, mais perto estaremos dos ideais previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A efetivação do direito de asilo ocorre com a internacionalização dos direitos humanos diante do término dos conflitos que integram a Segunda Guerra Mundial (SERRAGLIO, 2014).

Para Garcia (2007) a discussão realizada na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, sobre o direito de asilo foi considerada uma discussão a nível superficial na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, sendo discutida em duas ocasiões,

³ Art. 1º . Definição do termo "refugiado" A. Para os fins da presente Convenção, o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa: 2) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ONU) Convenção de 1951, art. 1º . A (2).

onde no primeiro momento, foi atribuído com a declaração do professor Candido Mendes, membro da Comissão Afonso Arinos, que defendeu a criação de uma teoria brasileira do direito de asilo, ou que, em sua opinião, até então nunca havia existido. Afirmou explicitamente que o asilo deve ser concedido por convicções políticas, filosóficas, religiosas ou pela defesa dos direitos consagrados na Constituição.

Enquanto que, no segundo período ao longo da sessão solene pública realizada com a presença do então consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores o professor Antônio Augusto Cançado Trindade. Examinado pelo constituinte Costa Ferreira após sua declaração, afirmou constituir asilo questão mais relacionada ao direito constitucional do que ao direito internacional, por tratar-se de matéria a ser regida primordialmente pelo próprio ordenamento jurídico interno (GARCIA, 2007).

O Direito de Asilo, também apreciado em vários diplomas internacionais, necessita ser ajustado de forma mais efetiva. No Brasil, o atual sistema, a concessão do asilo ainda estar sujeito à pretensão discricionária do Estado, ainda compete a ele a definição das condições para abrigar-se uma pessoa de território estrangeiro. O direito de asilo, decisivo em alguns casos, pois define a vida ou morte de uma pessoa, ainda é considerado um direito do Estado e não do indivíduo (GUERRA, 2007).

3 O DESAMPARO JURÍDICO DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS

Nesta temática, aborda-se a situação dos refugiados por razões ambientais, bem como a falta de tutela normativa para estes casos e consequentemente qual a possibilidade de preencher essa lacuna jurídica. Da mesma forma, promoveremos as conclusões iniciais a respeito do trabalho, principalmente conceituando os refugiados por motivos ambientais.

Conforme já disposto, há um problema mais específico quando se analisa a situação dos refugiados por motivos ambientais, uma vez que estes não se enquadram na definição de refugiados estabelecida na Convenção, embora as condições dos refugiados ambientais sejam análogas as vividas pelos demais refugiados . aqueles abarcados pela definição dada pelo Estatuto dos Refugiados de 1951.

Com a perda do Estado pátrio, decorrente da necessidade de deslocamento do indivíduo, conhece-se a perda de uma série de direitos de ordem fundamental, iniciando com a falta de um Estado que os acolha e que reconheça os direitos destas pessoas, tornando-os verdadeiros fora-da-lei. Ou seja, aqueles que temem por suas vidas em razão de fatores ambientais, como desastres, inundações, furações, tsunamis, entre outros fatores, não possuem amparo normativo eficaz e ainda assim, dependendo da gravidade dos desastres climáticos, ficam sem condições de voltar para suas casas. Sendo assim, o refugiado ambiental é aquele que não pode viver em seu território de origem devido a alguma catástrofe de proporções anormais e a falta de tutela jurisdicional é simplesmente inaceitável com base nas normas de Direitos Humanos (ARAÚJO, 2001).

É sabido que os refugiados ambientais não se encontram no rol da Lei 9.474/97, que elenca as características daqueles que serão reconhecidos como refugiados, não havendo nenhuma distinção personalíssima, mas sim de caráter social e político. Ou seja, qualquer pessoa pode vir a ser um refugiado, basta estar na iminência de sofrer perseguição pelos mais variados motivos, conforme já descrito nos capítulos anteriores.

Entretanto, a não consideração daqueles que se tornam impossibilitados de viver em seu país ou região de origem, devido a alguma catástrofe de ordem ambiental constitui uma falha legislativa significativa, logo, aqueles que tenham seu êxodo motivado por fatores climáticos não são abarcados pelo diploma legal, contudo tal

situação, frente às demandas atuais, faz-se necessária previsão normativa desta classe que permanece invisível ante os olhos da sociedade internacional.

Entende-se ser extremamente relevante analisar a questão não apenas pela motivação que faz com que determinado grupo busque apoio, mas sim da necessidade de ajudar seres humanos a reconstruir suas vidas de maneira digna.

Como a pessoa não possuía uma autonomia subjetiva perante o Direito Internacional, as responsabilidades internacionais recaíam sobre o Estado predominante, ou seja, aquele país o qual esse indivíduo fazia parte. Conforme Fischel de Andrade (2007), quando os vínculos entre o cidadão e o país de origem são quebrados, não possuía nenhuma outra entidade que se responsabilizava pelos atos que os indivíduos praticassem. Dessa maneira, este reconhecimento adotado no significado dos refugiados possibilitou um novo olhar devido à mobilidade internacional para aqueles que se encontravam na situação anômala de estarem perante a proteção de qualquer estado:

Artigo 13. 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
Artigo 14. 1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas (UNESCO, 2017).

Esse cenário se transforma com o acontecimento que deu início a criação do Alto Comissariado da Liga das Nações para Refugiados. Por meio da inquietação do governo Norueguês sobre a situação de acaso dado aos refugiados, atendendo a data limite de encerramento das atividades dos organismos internacionais incumbidos de protegê-los, pensou-se na formação de um mecanismo único para tratar do assunto referente ao refúgio (VIEIRA, 2012).

Durante essas atividades, foram discutidos vários assuntos, entretanto, um dos principais argumentos para a fundação de um novo órgão era o tratamento individualizado adotado que empregava aos diversos grupos de refugiados, o que vulnerabilizava a sua proteção (VIEIRA, 2012).

Atualmente, mesmo com todos os recursos e mecanismos para garantir os direitos já adquiridos pelos refugiados, a realidade encontra-se diante da insuficiência do direito internacional referente à criação de responsabilidades estatais que

envolvam a problemática da assistência aos milhares de refugiados ambientais que surgem todos os dias e aumenta a cada ano (DERANI, 1998), sobretudo no contexto da sociedade de risco.

Esta responsabilidade deve contemplar estas pessoas refugiadas, além do aparato jurídico, visando o reconhecimento internacional destes indivíduos, por ser considerado um dever moral e ético. Todavia, torna-se necessária a criação ou uma redefinição das responsabilidades estatais para que esta nova categoria de refugiados possa gozar do amparo a que tem direito (DERANI, 1998).

Diante do exposto, mesmo com a existência de diferentes mecanismos internacionais direcionados para a proteção dos refugiados como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Convenção das Nações Unidas sobre o estatuto dos Refugiados de 1951, Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados (1967), Conferência de Poznan da Polônia de 2008 e a Lei nº. 9474/97, que regulamenta a aplicação do Estatuto do Refugiado no Brasil, torna-se essencial a colaboração entre os países, assim como a atuação da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados visando estabelecer novas diretrizes para obtenção de novos recursos direcionados aos refugiados (Macedo, 2015).

De acordo com ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), esses indivíduos devem ter seus direitos protegidos por estarem abrigados em países estrangeiros, devido a situações que envolvem vários fatores inclusive a perseguição e as questões de fatores ambientais, ainda são pessoas obrigadas a deixar seu país através dos conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.

É fato que, um grupo suscetível a um desastre de natureza ambiental é extremamente vulnerável, especialmente pela gravidade e difícil solução dos problemas ambientais. Havendo um fato, faz-se necessário, portanto, que haja regulamentação adequada, haja vista o peso e a relevância social e jurídica contida neste problema.

3.1 BREVES ASPECTOS SOBRE A TEORIA DA SOCIEDADE DE RISCO

Na modernidade, várias crises são foco de intensa discussão, entretanto, uma das mais repercutidas nos últimos anos encontra-se na teoria da sociedade de risco.

Esta teoria foi desenvolvida pelo sociólogo alemão *Ulrich Beck*⁴ e amplamente analisada e criticada por vários pesquisadores de diversas áreas do conhecimento em busca de soluções e aprimoramento através de organismo que visem estabelecer melhorias para a sociedade.

Em meados de 1986, o sociólogo alemão Ulrich Beck publicou a obra *Sociedade de risco*. Esse livro é considerado um divisor de águas sobre a temática dos impactos causados pelo processo de industrialização em todos os continentes. Conforme o autor, as informações inseridas trazem em sua leitura imprescindível à compreensão dos eventos posteriores, fenômenos simultâneos ocorridos na transformação das sociedades produtoras em sociedades consumidoras e a falta de preparo dos países para habituar-se a uma realidade desafiadora.

A sociedade de risco é repleta de eventos transformacionais, ocasionados por eventos como:

- a) O acidente com a usina nuclear de Chernobyl (1986);
- b) A bomba de Césio 137 em Goiânia (1987);
- c) O vazamento do Petroleiro Exxon Valdez (1989);
- d) A encefalopatia espongiforme bovina (EEB) ou Bovine Spongiforme Encephalopathy (BSE) (1986-2004), registrada na contaminação da carne bovina derivada de animais alimentados industrialmente com ração contaminada na Europa;
- e) A escalada dos vírus %Ebola+(1976) e %H1N1+(tipologia próxima dos casos da %gripe espanhola+em 1918 e na pandemia de 2009);
- f) Atentados terroristas;
- g) Acidentes com a plataforma petrolífera P36 da Petrobras;
- h) O desastre do Golfo do México (2010);
- i) A explosão de a usina nuclear de Fukushima (2011) entre outros.

Diante desses acontecimentos, Leite e Silva (2012) aponta que uma das principais decorrências do acidente com a plataforma petrolífera no Golfo do México, ocorreu devido à fragilidade dos sistemas de segurança envolvidos e a inadequação e insuficiência dos mecanismos preventivos e precaucionais e a propagação destes danos.

⁴ Para mais detalhes sobre esta polarização, cf. BECK, Ulrich. *Posmodernity or the second modernity*. In: BECK, Ulrich; WILLMS, Johannes. *Conversations with Ulrich Beck*. Trad. Michael Pollack. Cambridge: Polity, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br>> Acesso em: 05 maio 2017.

Nesse sentido, a sociedade de risco reúne, dentre as diversas características, a capacidade de causar danos no âmbito de múltipla nacionalidade. Os limites geográficos de um país ou continente podem ocasionar inúmeras situações que problematiza o curso natural das condições estabelecidas nas estruturas, tais como: elevação do nível do mar em decorrência do derretimento das calotas polares, o derramamento de óleo, contaminação por vírus e bactérias, acidentes nucleares com explosão de reatores ou contaminação do solo, ar e água, ambientes virtuais, entre outras (LEITE, 2010).

Pode-se apontar também a transferência acidentada ou de forma criminosa de tecnologia e dados, veiculação de doenças por alimentos contaminados por agrotóxicos, transporte de animais, %importação+ de resíduos entre outros (LEITE; SILVA, 2012).

Na teoria da sociedade de risco deve-se entender inicialmente a existência de sua intensa vinculação associado à problemática ambiental, a partir desse destaque surge o interesse para a futura análise da gestão dos riscos ambientais associados aos organismos geneticamente modificados pelo Organismo Geneticamente Modificado (OGM).

A teoria da sociedade de risco apresenta um avanço preocupante devido às inúmeras catástrofes ambientais desenvolvido em vários eventos. Vale realçar que o termo empregado por risco é usualmente adotado para indicar a ameaça ou indício de uma situação emergente ou perigo. O segundo sentido a ser estimado é a incerteza, ou seja, o risco implica não apenas a probabilidade de que um evento ou resultado possa acontecer, mas também, esse mesmo sentido indica a negação de que ocorrerá com uma certeza antecipadamente estabelecida (BECK, 2006).

Em uma sociedade de risco global, deve-se consolidar e fortalecer sua estrutura de poder, para isso, acredita-se que os Estados devem aprender a cooperar e negociar normas transnacionais que visem o direito para todos, buscando empregar uma melhor possibilidade de conciliar a realidade do nacionalismo com a nova realidade do transnacionalismo (BECK, 2006).

3.2 FATORES AMBIENTAIS

A mudança climática e a devastação da natureza são causas bastante debatidas na mídia mundial. Diante disso, a variação climática extrema é percebida

com maior intensidade nos últimos anos. A vulnerabilidade e o risco representam um fator de incerteza constante, em muitos países a extrema pobreza causa vários danos na natureza, assim como, a forma que as pessoas se comportam no meio ambiente e ainda, a forma que ignoram uma ameaça estável (BIRKMANN, 2006).

Discussões acerca dos temas ambientais e da tragédia vivenciada nos últimos anos são situações relacionadas às mudanças climáticas sobre a população mundial, uma vez que os processos sociais provocam uma exposição desigual ao risco, fazendo com que algumas pessoas sejam mais sujeitas aos desastres ambientais do que outras (BANKOFF; HILHORST, 2004).

A Constituição Federal de 1988 assegura no art. 225 que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.+(BRASIL, 1988).

Arendt (2009, p. 330) argumenta de forma clara que o primeiro dos direitos do ser humano encontra-se na seguinte relação: "direito a ter direitos, o que implica na dimensão e o conceito de cidadania como um meio para a proteção de direitos e também como um princípio, pois a destituição da cidadania implica na perda desses direitos".

As migrações motivadas por fatores ambientais são decorrentes de diversas e complexas causas tais como: a desertificação, as enchentes, os desastres ambientais ocasionais, como tufões, ciclones, erupções vulcânicas, tsunamis, terremotos e maremotos, a poluição, o desflorestamento, o estabelecimento de áreas de preservação ambiental, entre outras (BECK, 2010).

A entrada e a residência de não-cidadãos nunca é incondicional. Alguns não cidadãos, os que entraram clandestinamente, por exemplo, ou pessoas no final do seu período de residência legal, não têm esses direitos. Mas mesmo não-cidadãos privilegiados, aqueles aceitos formalmente como imigrantes ou colonos, continuam residentes probatórios, suscetíveis à exclusão ou à deportação em certas circunstâncias (BRUBAKER, 1992, p. 24).

A migração humana consiste na mudança, seja ocasionada como permanente ou temporária, de morada de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, que por algum motivo verifiquem necessário morar em outra localidade. Essa mudança provoca uma alteração direcionada a determinado espaço geográfico, motivada por diversos

fatores. Como exemplo da busca de condições de vida melhor (CASTLES; MILLER, 2009).

Nesse sentido, as migrações podem ser consideradas principalmente por sua natureza geográfica e temporal. Diante disso, o ato de migrar pode ser interno quando ocorre no decorrer dos limites territoriais, ou seja, no mesmo país. Enquanto que o internacional, a imigração, acontece quando as pessoas ultrapassam as fronteiras políticas estabelecidas entre os Estados (CASTLES; MILLER, 2009).

Salgado (2000) comenta que a circunstância vivenciada pelos refugiados ambientais é dramática e deve ser tratada de forma emergente. Diante disso, o autor mostrar-se suas concepções a respeito da temática apresentando a sua reflexão sobre o tema:

O livro conta a história da humanidade em trânsito. É uma história perturbadora, pois poucas pessoas abandonam a terra natal por vontade própria. Em geral elas se tornam migrantes, refugiadas ou exiladas constrangidas por forças que não têm como controlar, fugindo da pobreza, da depressão e das guerras. Partem com os pertences que conseguem carregar, avançar, a pé. Viajam sozinhas, com as famílias ou em grupos. Algumas sabem para onde estão indo, confiantes de que as espera uma vida melhor. Outras estão simplesmente em fuga, aliviadas por estarem vivas. Muitas não conseguirão chegar a lugar nenhum (Salgado; 2000, p. 07).

Outro acontecimento marcante dentre os desastres naturais, ocorreu no dia 26 de dezembro de 2004 com o Tsunami localizado no oceano Índico. Esse desastre sobreveio através de uma alteração climática através da formação de ondas gigantes que foi responsável por destruir aproximadamente 14 países. Na ocasião, o furacão *Katrina*, que teve seu pico em 28 de agosto de 2005 em Nova Orleans, e atingiu o grau 5 da Escala de Furacões de Saffir-Simpson (SILVA, 2015).

Lembrando-se do episódio devastador ocorrido em 12 de janeiro de 2010 no Haiti, o país foi foco de grande repercussão devido o estado de calamidade que assolou aquele país. Muita destruição, além de várias mortes, pessoas desaparecidas e seriamente feridas, fazendo com que milhares de famílias fossem obrigadas a se deslocar para outros países (MACEDO, 2015).

Aquele evento foi palco de grande devastação, onde foram registradas ruas inteiras alargadas, prédios, escolas e casas demolidas, hospitais totalmente destruídos, documentos públicos e procedimentos administrativos irrecuperáveis, processos judiciais que estavam em repartições e bairros foram extintos, e como consequência a economia arrasada (MACEDO, 2015).

Nesse contexto, considera-se o Brasil um dos países mais importantes por ser indicado como um país mais procurado pelos haitianos. Sua imigração se deu devido à possibilidade de uma melhor qualidade de vida, busca de condições de vida e a fácil habitação conquistada no solo nacional (SILVA, 2015).

Devido à chegada e acolhida desses haitianos no país, foi necessário eleger uma representante no ano de 2010. Milena Auguste foi eleita, pelos próprios haitianos, para ser uma das três representantes desse grupo de imigrantes, a mesma por ser fluente em espanhol, além do francês e crioulo, que são idiomas oficiais do Haiti, declarou: %Nós estamos no Brasil porque queremos uma vida melhor. No Haiti não tem nada, o terremoto acabou com a vida dos haitianos. É por isso que viemos para cá, para buscar uma vida melhor+(AUGUSTE, 2012 apud Agência Notícias do Acre, 2012).

Diante desse acontecimento, outra causa que justificou, ainda que em menor coeficiente, foi à vinda de haitianos para o Brasil, em 2012, nessa ocasião ocorreu no Haiti um surto de cólera. Essa infestação abrangeu boa parte e como resultado infectou mais de mil vítimas e 15 mil hospitalizadas (SILVA, 2015).

Com isso reforça-se que é necessário proteger aqueles que precisam de apoio para recomeçar uma nova vida em um novo Estado, após fugir de uma situação prejudicial a própria subsistência, independente da motivação que imponha o deslocamento aos, então, desabrigados.

Minillo e Costa (2013, p. 9) asseveram que: %problemas como fome, altas temperaturas, doenças e conflitos fazem parte do cotidiano de muitos países africanos, e o fator ambiental sobrecarrega a já debilitada infraestrutura de resposta+.

De forma mais específica, Turollo Jr. (2013) afirma que a causa desses refugiados Haitianos virem para o Brasil se deu depois da crise internacional, antes a maior busca se dava nos Estados Unidos. Atualmente o Brasil é considerado uma nação atraente para os imigrantes de países pobres, e do crescimento evidente, na época, da economia brasileira.

Lester Brown (2009) aponta que no caso do México, muitos desses mexicanos aventuraram-se durante todo ano em busca de uma melhor qualidade de vida no deserto do Arizona. Essa fuga se dá devido às necessidades básicas no país de origem devido à escassez econômica, a falta de condições de sobrevivência, cuja tentativa é de conseguir trabalho nos Estados Unidos, quando essas pessoas conseguem entrar através da fronteira, tornam-se imigrantes ilegais.

Aproximadamente, cerca de cem mil, fogem do México, abandonando anualmente suas áreas rurais, devido suas propriedades por serem pequenas ou até mesmo afetadas pela erosão, trazendo dificuldades para que possam obter seu sustento (BROWN, 2009).

A importância da preservação dos recursos naturais passou a ser preocupação mundial e nenhum país pode eximir-se de sua responsabilidade. Tal necessidade de proteção do ambiente é antiga e surgiu quando o homem passou a valorizar a natureza, mas não de maneira tão acentuada como nos dias de hoje. Talvez não se desse muita importância à extinção dos animais e da flora, mas existia um respeito para com a natureza, por ser criação divina. Só depois que o homem começou a conhecer a interação dos microrganismos existentes no ecossistema é que sua responsabilidade aumentou (SIRVINSKAS; 2010, p. 63).

Jubilut e Madureira (2014) afirmam que o número de refugiados sem proteção é considerado impressionante e pode pressionar os regimes jurídicos existentes, a exemplo do Direito Internacional dos Refugiados (DIR) por ser o único regime de proteção existente de maneira efetiva na atualidade. Essa situação vem gerando inúmeras dificuldades na proteção, sendo ainda uma prova de necessita promover uma proteção mais eficiente, do que a que, legalmente deveria ser conferida.

Esses aspectos apresentados pela autora são demonstrações das barreiras que precisam ser consideradas quando se vai analisar e estabelecer uma melhoria protetora direcionada para proteção dos refugiados e dos solicitantes de refúgio (JUBILUT; MADUREIRA, 2014).

Para Sirvinskas (2010), uma forma de estabelecer uma conservação desses fatores ambientais, encontra-se na urgência de uma conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente, bem como que haja um maior equilíbrio entre os atos dos indivíduos para os mais múltiplos fins, até mesmo nas questões que envolvem a economia e a proteção do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho discutiu sobre a ausência de tutela normativa quanto aos refugiados ambientais. Este tema possui extrema relevância no ramo jurídico por tratar da preservação de vidas humanas, um dos papéis mais nobres desempenhados pela ciência jurídica. Por esta razão, requer um aprimoramento teórico aplicado as suas atividades diante da assistência prestada. Este estudo alcançou o objetivo proposto ao conhecer o tratamento jurídico internacional dado aos refugiados a partir da perspectiva dos direitos humanos.

Conforme analisado, a constatação da proteção ao refugiado ambiental precisa de uma maior atenção quanto às medidas jurídicas adotadas pelos Estados e à garantia de direitos humanos básicos, esta junção possibilita que seja efetivada a sobrevivência digna no país do refúgio.

O instituto do refúgio encontra-se relacionado aos direitos fundamentais que, em decorrência da sua importância e essencialidade, estão dispostos em âmbito internacional. Nesta discussão foi esclarecido que este instituto faz parte de um mecanismo de proteção à vida e outras garantias de cunho fundamental do indivíduo perante às perseguições em razão de sua raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opinião política.

Como acadêmico e futuro profissional de Direito, espero que este trabalho contribua para novos estudos, de modo que a partir destes dados sejam possíveis novos argumentos e continuidade nesta temática, com uma abordagem atual e ao mesmo tempo crítica acerca da problemática dos refugiados ambientais.

Diante deste contexto, averiguou-se que a partir da criação do instituto do refúgio, houve melhores condições de demonstrar através das Políticas de Assistência aos Refugiados para todos estrangeiros que se encontram no Brasil, garantindo atendimento nos hospitais públicos através da ACNUR que destina verba para a compra de medicamentos e os destina às ONG's, que avalia a situação dos solicitantes e decide sobre os usos dos fármacos.

Notou-se que, a adversidade ambiental sempre esteve presente no decorrer dos tempos, entretanto, cada vez mais o planeta vem sofrendo com impactos ambientais, tornando a humanidade mais suscetível a desastres. Assim, a preocupação com o indivíduo, enquanto refugiado por causas ambientais, bem como seu reconhecimento jurídico configuram medidas necessárias nas discussões

internacionais atuais, possibilitando estabelecer uma política internacional de proteção efetiva aos refugiados ambientais pelo direito internacional e que não seja meramente retórica.

Observou-se que os órgãos nacionais e internacionais que discutem o refúgio e outros tipos de migração forçada mostraram-se falhos e necessitados de atualização, para que sejam estabelecidas formas mais abrangentes de proteção internacional destes migrantes e respeitados de forma geral, devem ser atendidas as individualidades de cada categoria de pessoas.

No Brasil, uma aceitável solução estaria na promoção de ações empregadas em conjunto entre órgãos federais, a exemplo do Ministério Público e Ministério do Trabalho, ao lado do ACNUR Brasil, o IMDH e os Serviços Pastoral dos Migrantes que dispor-se a partilhar a responsabilidade e o dever de acolhimento e um reassentamento desses refugiados em todas as regiões do país, só assim, tornaria possível a promoção dos direitos de maneira apropriada.

Sugere-se como futuros estudos a necessidade de um sistema jurídico de cooperação entre os Estados e nas possíveis formas do direito internacional e dos direitos humanos de protegerem os refugiados ambientais, possibilitando amenizar e evitar o desrespeito à vida, à dignidade e à sobrevivência humana dada a essa categoria.

Os resultados demonstraram que devido à ausência da atenção dada à categoria dos refugiados, cabe, uma maior conscientização do próprio refugiado enquanto sujeito de direito, da sociedade internacional e dos Estados Nacionais para restituírem a segurança nas relações socioambientais, a fim de firmar um compromisso existencial com a atual e com as futuras gerações.

Conclui-se que, apesar da função do direito internacional regular as relações através dos estados e institutos, torna-se necessário a criação de uma redefinição das responsabilidades estatais para que esta nova categoria de refugiados possa usufruir o direito garantido no país de refúgio.

REFERÊNCIAS

_____. **Carta das Nações Unidas de 1945.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 12 Abril 2018.

_____. **Manual para procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file>>. Acesso em 23 nov. 2017.

_____. **Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados.** Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967>. Acesso em 15 de Abril de 2018.

_____. Lei nº 9474 de 22 de julho de 1997. Define os mecanismos para a implementação do estatuto dos refugiados de 1951 e determina outras providências.

ACNUR, O. N. U. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados.** 1951. 2016. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin>>. Acesso em 15 Abril. 2018.

ACNUR, ONU. Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados. 1967. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br>. Acesso em, v. 30, 2016.

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Agência da ONU para Refugiados.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/>>. Acesso em: 08 maio. 2018.

ALMEIDA, P. S. Conselho Nacional de Imigração (CNIg): Políticas de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante ou Refugiado. In: REFÚGIO, **migrações e cidadania. Caderno de Debates**4, Brasília: ACNUR; IMDH, 2009. p. 15-25.

ALVES, C.F. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana: o Enfoque da Doutrina Social da Igreja.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ANDRADE, J. H. F. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos Brazil-Argentina Relations: an analysis of advances and retreats, v. 48, n. 1, p. 60-96, 2005.

ANDRADE, J.H.F. Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. In ARAÚJO, Nadia; ALMEIDA, Guilherme Assis de (coord.). **O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 99-125.

ARAÚJO, N. **O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira/** Nadia de Araújo e Guilherme Assis de Almeida . coordenadores. - Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ASSIS, C. B. **Refugiados ambientais nos estados frágeis: o caso do Sudão.** Relações Internacionais-Florianópolis, 2017.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BALDI, C. A. **Direitos Humanos na sociedade cosmopolita**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BARCELLOS, A. P. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. 2. ed.amp. **rev. e atual**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BARRETO, L P T F. **Das diferenças entre os institutos jurídicos do asilo e do refúgio**. Brasília: IMDH, 2006. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/textoseartigos.htm>. Acesso em: 02 maio 2018.

BARRETO, L. P. T. F. **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. UNHCR, ACNUR Agência da ONU para Refugiados, 2010.

BECK, U. *Cosmopolitan vision*. Trad. Ciaran Cronin. Cambridge: Polity, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br> Acesso em: 06 maio de 2018.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BARRETO, L.P.T.F. **As diferenças entre os institutos jurídicos do asilo e do refúgio**. Comitê Nacional para os Refugiados. CONARE. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/refugio&catid=87&Itemid=1203>, acesso em 22 nov.17.

BÓGUS, L.M.M; RODRIGUES, V.M. **Os refugiados e as políticas de proteção e acolhimento no Brasil**: História e Perspectivas. Dimensões, vol. 27, 2011, p. 101-114. ISSN: 2179-8869.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 Abril 2018.

BRUBAKER, R. International migration: a challenge for humanity. *International Migration Review*. Nova York, XXV (4), 1992.

BROWN, Lester. **Mudança climática: aumenta a onda de refugiados ambientais**. Washington. 2009.

BUENO, Cláudia da Silva. **Refugiados Ambientais: Em busca de amparo jurídico efetivo**. Disponível em <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/.pdf> Acesso em 23 nov.2017.

BROWN, L. R. Could food shortages bring down civilization?. *Scientific American*, v. 300, n. 5, p. 50-57, 2009. Disponível em: <http://www.jstor.org/publisher/sciamerican?refreqid=excelsior%3A529b78f0df3f66c887e6386c1e5a2996> Acesso em: 07 maio 2018.

CAMBOIM, Q. L. A. **Proteção Jurídica Internacional aos Refugiados Ambientais no contexto do início do século XXI.** (Trabalho de Conclusão de Curso . Graduação) UFPB . CCJ. Santa Rita, 2016.

CASTLES, S. MILLER, M. J. The Age of Migration: international population movements in the modern world. 4 th Edition. New York: The Gilford Press, 2009.

CHOLEWINSKI, R; PERRUCHOUD, R; MACDONALD, E (Eds.). International migration law: developing paradigms and key challenges. Hage:T.M.C. Asser Press, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/>> Acesso em: 05 maio 2018.

DERANI, C. Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: Direito Fundamental e Princípio da Atividade Econômica. In: FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. (org.). **Advocacia Pública e Sociedade.** Editora Max Limonad: São Paulo. Ano II. nº 3. 1998. pp. 91-101. p. 97.

DELAET, D. US immigration policy in an age of rights.Westport, Connecticut, Praeger, 1998.disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/107/10705509.pdf>> Acesso em: 06 maio 2017.

FENSTERSEIFER, T. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente:** a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito. 2008.

FENSTERSEIFER, T. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente:** a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito. 2008.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GIL, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed.São Paulo: Atlas, 2010. 184p

GOFFMAN, E. Environmental refugees: How many, how bad? In: CSA . Discovery Guide, 2006. Disponível em: <<http://www.csa.com/discoveryguides/discoveryguides-main.php>> Acessado em: 04 maio 2018.

GUERRA. S. **Asilados e refugiados:** breve análise do fenômeno migratório. (não publicado), 2007.

GUILHERME, G.C. **O direito do trabalho, a constituição federal principiológica e a inclusão social.** DireitoNet, jun. 2008. Disponível em: < file:///C:/Users/Downloads> Acesso em: 5 maio 2018.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. Revista Brasileira de Estudos de População, 2005.

JUBILUT, L. L. Migrações e desenvolvimento. In: AMARAL JR., Alberto do (Org.). Direito internacional e desenvolvimento. São Paulo: Manole, 2005. p. 123. 54.

JUBILUT, L. L., APOLINÁRIO, S. M. O. OS. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. *Revista direito GV*, v. 6, n. 1, p. 275-294, 2010.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Método, 2007. p.77.

KRELL, A. J. Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha: os descaminhos de um direito constitucional comparado. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2002.

LEIVAS, P.G.C. **Teoria dos direitos fundamentais sociais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

LOPES, INEZ. **Breves Considerações sobre os Princípios Constitucionais das Relações Internacionais**. Consilium - Revista Eletrônica de Direito, Brasília n.3, v.1 jan/abr de 2009. Disponível em: <http://www.unieuro.edu.br/03_22.pdf>. Acesso em 13 Abril. 2018.

LOPEZ, A. The protection of environmentally-displaced persons in International Law, v. 37, p. 365. 409, 2007. Disponível em: <http://www.lclark.edu/org/envtl/objects/37-4_Volume_Index.pdf>. Acesso em: 04 maio 2018.

MARANDOLA JR. HOGAN, D.J. Vulnerabilidades e riscos: entre Geografia e Demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, Abep, v.22, n.1, p.29- 53, jan./jun. 2005.

MARCONI M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MCGRUDDEN, C. Human dignity and judicial interpretation of human rights, *The European Journal of International Law* 19:655, 2008, p. 664.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Entenda as diferenças entre refúgio e asilo**. Disponível em < <http://www.justica.gov.br/noticias/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo>> Acesso em 21/11/2017.

MORAES, A. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 128.

MACEDO, M.F.S. Alterações climáticas e o direito internacional dos refugiados: a busca pela dignidade humana e pela cidadania dos refugiados ambientais. **Revista do Direito Público**, Londrina, v.10, n.1, p.151-169, jan./abr.2015.

MOREIRA, J. B. **A questão dos refugiados no contexto internacional**. Dissertação de mestrado. IFCH/Unicamp, 2006.

MOREIRA, J.B. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** vol.22 no.43 Brasília jul./dez. 2014.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid> Acesso em 21 abr. 2018.

OHCHR . **Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos**. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/.pdf>> Acesso em 22Abril. 2018.

ONU . Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em 21 nov. 2017.

PATRIMÔNIO, G. **Humano: e Sua Proteção na Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Método, 2004, p. 244-256.

PIOVESAN, FLÁVIA. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. 14 ed., ver e atual.- São Paulo : Saraiva, 2013.

RAIOL, I.P.C. **Ultrapassando fronteiras: a proteção jurídica dos refugiados ambientais** . Porto Alegre: Núria Fabris Ed., 2010.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 2012.

REIS ROCHA, R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, núm. 55, junho, 2004, pp. 149-163

REFUGIADOS. N.E.T. **Convenção da Organização de Unidade Africana de 1969**. Disponível em: < http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/asilo2/2couaapr.html >. Acesso em 15 Abril 2018.

RUBIO, D. S. **Fazendo e desfazendo direitos humanos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

SARLET, W. I. **Dignidade da pessoa humana. Dicionário de filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos, p. 219, 2006.

SARLET, W. I. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição da República de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 22.

SALGADO, S. **Êxodos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRAGLIO, D.A. **A proteção dos refugiados ambientais pelo Direito Internacional: a partir da teoria da sociedade de risco**. . Curitiba: Juruá, 2014.

SILVA, C. R. B. **A questão dos refugiados ambientais: um novo desafio para o direito internacional**, 2010. Disponível em: <<http://gedi.objectis.net/eventos-1/.pdf>>. Acesso em 24 nov.2017.

LEITE, J. R. M. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

LEITE, J. R. M., SILVA, L. J. A. D. **Juridicidade do Dano Ambiental: gestão da zona costeira e aspectos da exploração do pré-sal pelo Brasil**. Sequência (Florianópolis), n. 65, p. 305-328, 2012.

SILVA, C. M. S. **Os deslocados ambientais haitianos no Brasil em face da atual legislação brasileira para refugiados**. João Pessoa: UFPB, 2015.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TRINDADE, A. A. C. **Direitos Humanos e Meio Ambiente**. Porto Alegre: Fabris, 1993.

TUROLLO JR., R. **Africanos e Asiáticos seguem caminhos de haitianos no Acre**. Folha de São Paulo. Publicado em: 20 abr. 2013. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mundo/2013>. Acesso em: 08 maio 2018.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2018.

VIEIRA, L. R. **Refugiados Ambientais: desafios à sua aceitação pelo Direito Internacional**. Florianópolis, SC, 2012. 203 p.